

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Mudança de regras	3
Título: Petrobras dá primeiro passo para vender Braskem	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Choque elétrico.....	6
Título: ANP quer flexibilizar exigência de conteúdo local em contratos antigos.....	7
Título: Governo federal quer arrecadar R\$ 30 bilhões com hidrelétricas	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Recuperada, BR Distribuidora vai a mercado	9
Título: Bom começo	11
Título: Petrobrás ficará com R\$ 16 milhões no caso do triplex.....	11
Título: Petrobrás quer rever acordo de acionistas da Braskem	12
Título: EUA estudam sanções contra cúpula chavista e petróleo.....	13
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	14
Título: Cuidado: a gasolina pode estar adulterada	14
Título: Litro chega a R\$ 2,949.....	15
VEÍCULO: Valor Econômico	16
Título: Aneel tenta evitar aumento de 3% nas tarifas por orçamento da CDE	16
Título: ANP propõe flexibilizar conteúdo local para os contratos já em vigor.....	17
Título: EUA não descartam sanção ao petróleo da Venezuela	18
Título: Equador renega Opep e exportará mais petróleo	20
Título: BHP aumenta produção	21
Título: Cemig tenta explorar usinas em conjunto com a União.....	21
Título: AES Tietê busca garantir venda de energia limpa.....	22
Título: Petrobras e Odebrecht reveem acordo na Braskem	24
Título: CVM questiona a Petrobras sobre contratação de sonda	25
Título: Justiça atende o pleito de BHP e Vale no caso Samarco.....	26

Título: Glencore vai cindir área de royalties	28
Título: Minério de ferro alcança maior cotação em três meses	29
Título: Venda de aço na distribuição recua 11% no 1º semestre	30
Título: Logum renova empréstimo de R\$ 1,1 bi com BNDES	32

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Mudança de regras**

ANP propõe reduzir exigência de conteúdo local em contratos desde 2005. Indústria deve ir à Justiça.

Para destravar projetos de exploração e produção de petróleo, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) colocou em consulta pública proposta que permite reduzir o conteúdo local — percentual exigido de compras de materiais, equipamentos e serviços produzidos no país — para contratos firmados a partir de 2005 (quando houve a 7ª Rodada). Segundo o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, existem cerca de 20 projetos de exploração e produção no período de 2017 a 2021 que poderiam sair do papel com a mudança. Eles envolvem investimentos de R\$ 240 bilhões, com estimativas de instalação de 20 plataformas marítimas e perfuração de 900 poços de petróleo. A indústria de fabricantes de máquinas e equipamentos, porém, recebeu mal a notícia e promete entrar na Justiça para contestar a mudança, caso ela seja aprovada.

De acordo com a proposta, as empresas que assinaram contratos de concessão ou de partilha desde 2005 poderão escolher se pretendem permanecer com o nível de exigência previsto na época ou se querem adotar as regras de conteúdo local aprovadas neste ano para as próximas rodadas. De modo geral, as exigências se tornaram mais flexíveis. A alteração seria feita por meio de um aditivo aos contratos. Se a mudança for aprovada, pode afetar quase a totalidade das 94 petroleiras que atuam no país, nos cerca de 674 blocos concedidos no período. A medida beneficiaria a Petrobras, que já pediu autorização à ANP para não cumprir o índice exigido de conteúdo local (o chamado pedido de waiver) no contrato de uma plataforma (FPSO) da gigantesca área de Libra e de uma plataforma em Sépia, ambas no pré-sal. As empresas locais teriam apresentado preços até 40% maiores do que a média do mercado. Procurada, a estatal não quis comentar o assunto.

220 PEDIDOS PARA NÃO CUMPRIR EXIGÊNCIA

Segundo Oddone, a resolução permitirá regulamentar o pedido de waiver. Nos últimos anos, os processos por não cumprimento do índice se multiplicaram na agência. Existem 220 pedidos que ainda serão julgados na agência. De acordo com o diretor-geral da ANP, as empresas que participam de qualquer processo que ainda não foi julgado podem, se assim quiserem, aderir à mudança. Apesar dos efeitos positivos para a indústria de petróleo citados pela agência, como o potencial de atração de investimentos, advogados do setor avaliam que a

mudança pode ser questionada na Justiça. Segundo Felipe Feres, advogado do escritório Mattos Filho, há dúvidas quanto à legalidade da medida já que, nos leilões de 2005 os até agora, índices de conteúdo local assumidos pelas petroleiras contavam na pontuação para a escolha dos vencedores.

— Tenho dúvidas quanto à legalidade da medida por causa da vinculação ao edital. Isso é um princípio gerador do direito administrativo, isso poderia mudar os resultados das licitações feitas no passado. Realmente, os índices eram muito elevados, inviáveis de serem executados — disse. Carlos Maurício Ribeiro, advogado da Vieira Rezende Advogados, elogia a proposta que será colocada em consulta pública, mas avalia que insatisfeitos poderão recorrer à Justiça: — A proposta é ótima. Um aditivo ao contrato pressupõe o entendimento entre as duas partes, portanto, não é possível falar em quebra de contrato. Mas quem se sentiu prejudicado por ter perdido uma área por causa do percentual de conteúdo local exigido ou aquele que pagou multa porque não cumpriu a exigência poderá recorrer na Justiça. Para os fabricantes de equipamentos, a consulta pública é mais uma notícia negativa. O debate sobre revisão dos índices exigidos de conteúdo local colocou em campos opostos petroleiras e fabricantes de máquinas e equipamentos. O setor já havia manifestado seu descontentamento com a flexibilização de exigências para as próximas licitações.

O percentual de itens comprados e produzidos no país no novo modelo é de 18% na fase exploratória e de 25% na etapa de desenvolvimento da produção. No modelo vigente nos contratos fechados antes da mudança, havia percentuais que chegavam a 55%. O presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, adiantou que, se a proposta for aprovada, os fabricantes de máquinas e equipamentos vão recorrer na Justiça. — Não vamos aceitar nada que venha a ferir os contratos assinados no passado. Os contratos têm de ser respeitados. Além disso, em todos os pedidos de waiver, principalmente os da Petrobras, não foi provado, até agora, que a indústria nacional não é capaz de atender os índices de conteúdo local — afirmou Velloso. Perguntado sobre o risco de judicialização, Oddone, da ANP, disse que o assunto foi bastante estudado na agência e que se trata de uma “evolução regulatória normal”.

ANP: PROJETO PARADO É PERDA PARA A SOCIEDADE

A resolução ficará em consulta pública a partir de hoje até o próximo dia 18 de agosto. A audiência pública está marcada para 1º de setembro. A ANP espera regulamentar o assunto até meados de setembro. — O objetivo é regular a questão, beneficiando a sociedade e destravando o mais rapidamente possível investimentos em contratação de bens e serviços junto à indústria local. Com esses índices que estão agora nas rodadas deste ano, a gente acredita que vai ter mais flexibilidade para cumprimento das obrigações. O que está colocado na

consulta pública é a possibilidade de as empresas optarem por manter as condições atuais dos contratos ou optarem pela adesão ao modelo atual de regras de conteúdo local — resumiu Oddone.

O diretor-geral destacou que projetos parados significam prejuízo para a sociedade e para os estados, que perdem arrecadação. Nos cálculos de Oddone, no caso de uma plataforma de produção no pré-sal de 150 mil barris por dia, com o petróleo a US\$ 50 o barril, cada ano de atraso significa perda de R\$ 2,6 bilhões em arrecadação de impostos. Até o próximo dia 20, serão publicados o edital e o modelo do contrato de concessão para a 14ª Rodada de áreas no pós-sal para exploração e produção de petróleo prevista para 27 de setembro.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobras dá primeiro passo para vender Braskem

Estatual negocia acordo de acionistas com a Odebrecht para valorizar sua participação.

A Petrobras deu um importante passo para iniciar o processo de venda de sua participação acionária na Braskem, maior grupo petroquímico da América Latina controlado pela Odebrecht. Em fato relevante ao mercado divulgado ontem, a estatal informou que iniciou as negociações com a Odebrecht para revisão dos termos e condições do acordo de acionista entre as duas partes assinado em fevereiro de 2010. De acordo com um executivo próximo às empresas, essa discussão é fundamental para a Petrobras obter um maior valor por suas ações quando elas forem postas à venda. A Petrobras tem 47% do capital votante da Braskem, e a Odebrecht, 50,1%. — O objetivo é construir um novo acordo de acionistas entre as duas partes que permita dar maior valor ao ativo que a Petrobras vai colocar à venda. Foi importante a Odebrecht aceitar negociar esse acordo — destacou um executivo próximo às negociações.

PODER NO BLOCO DE CONTROLE

O acordo de acionistas atual concede à Petrobras poder no bloco de controle da Braskem, que não pode ser transferido ao futuro comprador. Desde o ano passado, a Petrobras já anunciou publicamente sua intenção de sair do setor petroquímico com a venda de sua fatia na Braskem. No comunicado ao mercado, a Petrobras destaca que essa revisão no acordo de acionistas “busca aprimorar a governança corporativa da Braskem e o relacionamento societário entre as partes”. A Braskem vem apostando pesado em sua ampliação no mercado americano. A empresa está investindo US\$ 675 milhões para construir sua sexta

fábrica de polipropileno nos Estados Unidos. No primeiro trimestre do ano, a companhia registrou lucro líquido de R\$ 1,9 bilhão, um aumento de 47% em relação ao mesmo período de 2016. A venda da Braskem poderia impulsionar o programa de venda de ativos da Petrobras para o período 2017-2018, no qual a companhia pretende levantar US\$ 21 bilhões para reduzir seu endividamento. (Ramona Ordoñez)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias, jornalista, edita a coluna Mercado Aberto

Título: Choque elétrico

Mercado aberto

A EDP Energias do Brasil reduzirá o ritmo dos investimentos em novas concorrências, segundo Miguel Setas, diretor-executivo da companhia.

A empresa deverá investir cerca de R\$ 3 bilhões nos quatro lotes que conquistou no leilão de transmissão de energia de 2016, e isso levará a uma desaceleração, afirma.

"Vamos analisar os próximos leilões, mas não espero que nossa participação seja tão expressiva como no último ano".

O investimento da EDP em pesquisa e desenvolvimento neste ano será de R\$ 20 milhões, valor similar ao de 2016, diz Setas.

Uma fatia será destinada a até cinco start-ups que serão selecionadas em parceria com a consultoria Kyvo.

"Resolvemos trazer para o Brasil este programa, que existe em Portugal desde 2012 e que já recebeu investimentos de € 21 milhões (R\$ 77 milhões)".

A empresa de energia também investirá em uma parceria com a Poli-USP para criar um laboratório de redes elétricas inteligentes.

R\$ 539,7 MILHÕES foi o Ebitda no 1º tri de 2017

R\$ 2,3 BILHÕES foi a receita líquida

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona e Joana Cunha****Título: ANP quer flexibilizar exigência de conteúdo local em contratos antigos**

Depois de reduzir à metade as exigências de compras no país para os próximos leilões de petróleo, o governo cedeu novamente a pleito das petroleiras e propõe alterar o conteúdo local de contratos já vigentes, com o argumento de que é preciso destravar o investimento no setor.

A proposta foi feita pela ANP (agência reguladora do setor de petróleo) e recebeu duras críticas de fabricantes de equipamentos. Para os estaleiros, representa "quebra de contrato" e vai levar a uma judicialização do setor.

A ANP abriu nesta terça-feira (18) consulta pública para receber sugestões à proposta, que traz para contratos de licitações antigas modelo de conteúdo local semelhante ao que será adotado em leilões futuros.

A principal diferença é que o cálculo pode considerar o investimento global em cada concessão, e não mais a partir de lista de itens definida pelo governo, modelo vigente entre a 7ª e a 13ª rodadas de licitação (de 2005 a 2015).

"Acreditamos que a nova alternativa irá destravar investimentos, atraindo capital e gerando novas contratações, novos empregos e nova arrecadação", disse o diretor-geral da ANP, Décio Oddone.

A lista de itens vinha sendo criticada pelas petroleiras, que alegam maior complexidade no cálculo dos índices de compra no país e dificuldade para encontrar determinados equipamentos.

Para a ANP, o problema é comprovado pelo elevado número de multas pelo não cumprimento do conteúdo local registrado: até hoje 30% dos contratos fiscalizados geraram penalidade, em um valor total de R\$568 milhões.

Além disso, diz agência, sua área técnica analisa 230 pedidos de isenção do compromisso, previsto para casos comprovados de falta de fabricantes nacionais ou preços muito altos no país.

O mais emblemático refere-se à área de Libra, primeiro campo do pré-sal licitado sob o modelo de partilha da produção, para o qual a Petrobras e seus sócios solicitam à ANP isenção para a construção da primeira plataforma com índice de conteúdo local menor do que o estipulado em contrato.

O caso motivou pedido de liminar pelo Sinaval (Sindicato da Indústria de Construção e Reparo Naval) contra a licitação da unidade no exterior.

"Nós vamos continuar judicializando até onde for possível para fazer com que o governo entenda que essa medida vai gerar mais desemprego", disse Sergio Bacci, vice-presidente da entidade.

Ele diz que a indústria naval já perdeu 50 mil empregos desde 2014 e, com as novas regras, corre o risco de fechar definitivamente as portas.

"Os estaleiros que estão hoje com alguma obra em andamento ficarão sem nada quando essas obras acabarem, porque tudo passará a ser feito lá fora".

José Velloso, presidente executivo da Abimaq (associação da indústria de máquinas e equipamentos) disse que a entidade também pretende ir à Justiça.

"Contratos foram celebrados, empresas ganharam concessão nos leilões da ANP e assinaram contratos", disse. Qualquer decisão da ANP ou do Décio Oddone, que nós entendermos que está ferindo o contrato celebrado, nós vamos judicializar", disse.

CONCESSÕES

A proposta é mais uma de uma série de concessões feitas pelo governo Michel Temer às petroleiras que operam no país.

Nos primeiros meses de mandato, Temer aprovou no Congresso lei que pôs fim à participação obrigatória da Petrobras no pré-sal.

No fim de 2016, promoveu as mudanças no conteúdo local. Neste ano publicou uma série de medidas que flexibilizam as regras do setor, como a possibilidade de reduzir os royalties cobrados em áreas de grande risco ou já no fim da curva de produção.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack

Título: Governo federal quer arrecadar R\$ 30 bilhões com hidrelétricas

O governo espera arrecadar pelo menos R\$ 30 bilhões com a venda de usinas da Eletrobrás e pretende usar um terço do valor para compensar o aumento no preço da energia para o consumidor em razão dessa privatização.

A estatal ainda avalia quais usinas serão colocadas à venda. A prioridade são as 14 hidrelétricas da Chesf, de Furnas e da Eletronorte que hoje operam com preço "tabelado", um modelo conhecido como regime de cotas.

Entre elas, Paulo Afonso (BA), Porto Colômbia (MG/SP), Marimbondo (MG), Luiz Carlos Barreto (SP) e Coaracy Nunes (AP).

A mudança faz parte do novo marco regulatório do setor elétrico, que está sob consulta pública e deve entrar em vigor neste semestre por meio de medida provisória.

Pelas regras vigentes, e que agora serão modificadas, as geradoras do regime de cotas são obrigadas a vender a energia por cerca de R\$ 60 o MWh (megawatt-hora). No mercado livre, essa energia custa cerca de R\$ 140 MWh.

Com a privatização, venderiam a energia a preço de mercado e, por isso, os consumidores hoje atendidos por essas hidrelétricas teriam aumento de 7% na conta de luz.

Para compensá-los, o governo quer destinar um terço do dinheiro da privatização (R\$ 10 bilhões) para uma conta que subsidia a energia.

Os outros dois terços seriam divididos entre a União e a Eletrobras, que passa por reestruturação e tem uma dívida de R\$ 46 bilhões.

A equipe econômica tem pressa para reforçar o caixa da União e ajudar no cumprimento da meta de déficit de 2018 (R\$ 129 bilhões). Para 2017, o governo conta com R\$ 11 bilhões da venda de quatro usinas da Cemig que não renovaram contratos e foram retomadas pela União.

Nas estimativas da equipe econômica, quem arrematar as geradoras também terá de pagar cerca de R\$ 4 bilhões pelos contratos que serão repassados à iniciativa privada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Recuperada, BR Distribuidora vai a mercado

Com a decisão de autorizar a abertura do capital da BR Distribuidora, o conselho de administração da Petrobrás deu um grande passo para o cumprimento da meta de desinvestimento de US\$ 21 bilhões até 2018. Outra opção, que vinha sendo examinada, era a transferência do controle para um grupo privado, o que

reduziria substancialmente o risco de interferência do governo nos rumos da empresa.

Houve entendimentos com potenciais compradores, mas o processo foi interrompido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que, em março, determinou que a Petrobrás reexaminasse a venda de determinados ativos. A decisão fez com que tudo retornasse à estaca zero. Por isso, como disse o presidente da Petrobrás, Pedro Parente, a empresa analisou o histórico favorável à abertura de capital na B3 (antiga BMF/Bovespa) e decidiu fazer uma oferta pública secundária de ações no mercado, ou seja, colocar à venda ações já existentes.

Certamente pesou também na decisão o fato de que, como sua controladora, a BR Distribuidora se livrou das administrações catastróficas a que esteve sujeita nos governos do PT e vem melhorando seus resultados. No primeiro trimestre deste ano, a BR apresentou lucro líquido de R\$ 156 milhões, três vezes maior que o do quarto trimestre de 2016, com redução de 4,4% de seus custos operacionais. Em relação ao mesmo período de 2016, as perdas em créditos a clientes foram reduzidas em R\$ 495 milhões e, em processos administrativos, a redução alcançou R\$ 288 milhões. São dados que favorecem a aceitação dos papéis da empresa no mercado. A venda dessas ações contribuirá para reduzir a dívida da Petrobrás.

Para assegurar que a BR Distribuidora terá administração profissional, deixando de ser utilizada para fins escusos, como foi no governo petista – quando esteve envolvida em casos conhecidos de corrupção –, a Petrobrás declarou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que sua controlada pretende aderir ao segmento especial da bolsa, o chamado Novo Mercado, "em linha com as melhores práticas de governança corporativa".

Isso significa que todas as suas ações serão ordinárias, com direito a voto, e a empresa será obrigada a publicar relatórios financeiros anuais e a divulgar mensalmente informações sobre a movimentação de seus papéis por diretores, executivos e grandes acionistas.

VEÍCULO: O Estado de S.Paulo**Seção: Colunas****Autor: Sonia Racy****Título: Bom começo****Direto da Fonte**

Apenas começaram as conversas entre Petrobrás e Braskem e elas estão se dando em clima bastante positivo, segundo se apurou. Há coisas que a Petrobrás, que é dona de 47% do capital votante, quer rever, como o acordo de acionistas. E há também coisas que a Braskem quer estabelecer: um contrato de fornecimento de mais longo prazo. Segundo essa bem informada fonte, isso é que é a tal "criação de valor para todos os acionistas".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Política****Autor:****Título: Petrobrás ficará com R\$ 16 milhões no caso do triplex**

Em resposta aos embargos de declaração da Petrobrás na mesma ação que condenou ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o juiz federal Sérgio Moro afirmou que serão revertidos à estatal o montante de R\$ 16 milhões de uma suposta conta-corrente da construtora OAS com o PT. Essa conta faz parte do processo do triplex do Guarujá na Lava Jato. "Pelo exposto na sentença, restou claro que houve acerto de corrupção envolvendo contratos da Petrobrás, sendo ela a vítima.

Assim, tanto o produto do confisco criminal como o valor mínimo para a reparação dos danos são devidos à Petrobrás", afirmou Moro em seu despacho. Quando os executivos da OAS decidiram confessar participação no esquema de corrupção na Petrobrás, referiram-se a uma espécie de "departamento de propinas" da empreiteira com o nome de "controladoria".

No acordo de delação premiada, José Adelmário Pinheiro Filho, o Léo Pinheiro, ex-presidente da construtora assumiu ser o administrador de uma conta destinada às supostas vantagens indevidas ao PT. O valor que Moro atribuiu ao triplex e a reforma, cerca de R\$ 2,2 milhões, está incluído nos R\$ 16 milhões.

VEÍCULO: O Estado de S.Paulo**Seção: Economia****Autor:****Título: Petrobrás quer rever acordo de acionistas da Braskem**

Medida é o primeiro passo oficial da estatal para preparar sua saída da sociedade com a Odebrecht.

A Petrobrás anunciou ontem que deu início às negociações para a revisão do acordo de acionistas da petroquímica Braskem, empresa da qual é sócia relevante, ao lado da Odebrecht. Segundo fontes de mercado, trata-se do primeiro passo oficial da petrolífera para preparar sua saída do negócio. A Odebrecht é detentora de 50,1% das ações com direito a voto da companhia, enquanto a Petrobrás concentra 47%. Considerando o capital total, Braskem e Petrobrás têm, juntas, cerca de 75% - o restante é negociado em Bolsa.

A Petrobrás, que está realizando uma venda bilionária de ativos depois de passar por dificuldades com a Operação Lava Jato, que investiga esquema de corrupção na empresa, e a queda do preço do petróleo. A companhia já manifestou oficialmente a intenção de vender sua participação na Braskem.

A petroquímica controlada pela Odebrecht virou a "joia da coroa" do grupo familiar após os negócios de concessão e construção sofrerem à medida que as investigações da Lava Jato evoluíram e a crise econômica do País se aprofundou.

Em entrevista ao Estado em abril, o presidente da Braskem, Fernando Musa, lembrou que a Petrobrás já oficializou sua intenção de sair do negócio. Pelo menos por enquanto, disse ele, a Odebrecht não teria a intenção de seguir o mesmo caminho. "Tem muito valor a ser capturado e uma venda agora poderia significar perder dinheiro."

O acordo de acionistas celebrado entre Braskem e Petrobrás foi firmado em 8 de fevereiro de 2010 e garante alguns direitos a estatal, entre elas o veto de algumas decisões, segundo apurou o Estado. Com a revisão do contrato, a empresa ficaria livre para repassar esses direitos a terceiros.

No início da semana, o banco Morgan Stanley divulgou relatório definindo um novo preço-alvo de R\$ 46 para a ação da Braskem na B3 (nova denominação da BM&FBovespa). A recomendação do banco para a compra do papel está baseada uma previsão de valorização de cerca de 30% em relação ao valor atual.

VEÍCULO: O Estado de S.Paulo**Seção: Internacional****Autor:****Título: EUA estudam sanções contra cúpula chavista e petróleo**

Venezuela vende 44% de sua produção para os americanos, o equivalente a 8% das importações de Washington.

CARACAS

Um dia depois de o presidente americano, Donald Trump, ameaçar a Venezuela com "punições econômicas", o governo dos Estados Unidos informou ontem que estuda novas sanções à cúpula chavista se a Venezuela levar adiante os planos de eleger uma Assembleia Nacional Constituinte no dia 30. Na mira, estão dois dos principais assessores do presidente Nicolás Maduro: o ministro da Defesa, Vladimir Padrino López, que controla o Exército, e o deputado Diosdado Cabello, homem forte do governo. Segundo fontes da Casa Branca citadas pela agência Reuters, há várias opções em avaliação, até mesmo um veto à exportação de petróleo venezuelano. Os EUA compram da Venezuela 857 mil barris de petróleo por dia, o equivalente a 44% da produção diária do país.

O petróleo venezuelano, por sua vez, corresponde a 8% da importação diária americana. Uma fonte do governo americano afirmou à agência Reuters que o país trabalha com outras nações em sanções e enfatizou que as decisões seriam tomadas com consciência do potencial impacto sobre os empregos e a economia dos EUA. Ainda ontem, o governo venezuelano rebateu as ameaças feitas por Trump e disse que nada impedirá a realização da Constituinte.

"Hoje, o povo venezuelano é livre e responderá unido ante a insolente ameaça feita por um império xenófobo e racista", afirmou o chanceler Samuel Moncada, que acusou a oposição venezuelana de ter induzido Trump a cometer uma agressão aberta contra um país latino-americano. A Venezuela atravessa uma grave crise provocada pela escassez de moeda forte e aumento do déficit fiscal, agravada pelo endividamento do governo, queda no preço do petróleo e sucateamento da PDVSA, a estatal do petróleo. O país sofre com um cenário hiperinflacionário e escassez de remédios e alimentos.

Reação. Ainda ontem, o governo venezuelano reagiu à pressão internacional contra seu projeto de Constituinte e proibiu a entrada no país de ex-presidentes latino-americanos que auxiliaram a coalizão opositora Mesa da Unidade Democrática (MUD) na realização de uma consulta informal contra o projeto, que teve 7,6 milhões de votos. Foram declaradas personas non gratas os ex-presidentes Jorge Quiroga, da Bolívia, Andrés Pastrana, da Colômbia, Laura

Chinchilla e Miguel Ángel Rodríguez, da Costa Rica, observadores do plebiscito simbólico realizado no domingo pela oposição.

O ex-presidente mexicano Vicente Fox também teve proibido seu regresso ao país por ter atuado como observador na consulta contra Maduro e sua convocação para uma Constituinte. "Não entrarão mais na Venezuela: abusaram da generosidade de nosso povo", afirmou o chanceler venezuelano no Twitter.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Marla Sabino Especial para o correio Anna Russi

Título: Cuidado: a gasolina pode estar adulterada

Como diz o ditado popular, quando a esmola é muita, o santo desconfia. As constantes promoções nos preços da gasolina levantam a desconfiança dos consumidores com a qualidade do combustível. Em São Paulo, 36% das ações de fiscalização feitas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) de janeiro a junho constatarem algum tipo de infração, contra 30% no ano passado. Foram 48 autuações. No Rio de Janeiro, houve 220 penalizações, além da interdição de 11 estabelecimentos.

Henrique Pereira, membro da Comissão Técnica de Motores Ciclo Otto da Sociedade de Engenheiros da Mobilidade (SAE Brasil), frisou que a qualidade do combustível no país suscita preocupação. "O consumidor não tem como ter controle sobre a gasolina que compra, por isso é essencial que a ANP fiscalize", apontou.

Rogério Gonçalves, diretor de combustíveis da Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA), alertou que, a cada dia, está mais difícil detectar as fraudes. "Os tipos de adulteração estão se sofisticando. Em que pese o bom trabalho da ANP, é necessário ampliar a fiscalização", observou.

Apesar de se preocupar com a qualidade do combustível, a auxiliar administrativa Áurea Regina, 49 anos, disse que, para economizar, se arrisca a abastecer em postos que cobram preços mais baixos. "A gente não tem como verificar a qualidade, então procuro e aproveito a promoção", afirmou.

O motorista do Uber Rodrigo Negri de Moura, 23 anos, teve problemas no catalisador e nos cilindros do motor do carro logo depois de abastecer em um posto diferente do habitual. "Apareceu um aviso no painel e, logo depois, acendeu a luz de injeção. O mecânico me disse que o problema era de gasolina adulterada", relatou.

Segundo Henrique Pereira, as adulterações mais comuns na gasolina são o aumento da percentagem de álcool e a adição de solventes ou outros produtos químicos. “O consumidor tem de confiar desconfiando. É importante avaliar a qualidade do combustível”, destacou.

Os principais sinais que um automóvel emite ao receber gasolina adulterada são a luz de injeção acesa, o que indica que a queima do combustível não é completa, dificuldades na partida, falhas do motor, queima das velas ou da bobina, aumento do consumo e, em casos mais graves, sobreaquecimento.

O mecânico Andrey Portela, 45 anos, recebe por semana de três a cinco pessoas com automóveis cuja luz de injeção permanece acesa. “O número de pessoas com esse problema aumentou. Mas, é preciso avaliar para ver se é adulteração do combustível”, disse. Dependendo do caso, o conserto dos danos pode custar até R\$ 800.

** Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo*

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Litro chega a R\$ 2,949

Os postos de revenda estão repassando para a bomba as reduções feitas pela Petrobras nas refinarias. Em Brasília, o litro da gasolina já é vendido por R\$ 2,949 em alguns postos do Gama. Na 115 Norte, no Plano Piloto, o combustível custava ontem R\$ 2,97. A estatal anunciou que, a partir de hoje, os valores do diesel e da gasolina serão reduzidos em 0,7% e 0,6%, respectivamente, nas refinarias.

As reduções são resultados da queda do preço do barril de petróleo e da baixa demanda por combustíveis, de acordo com Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE). “Os preços vão cair ainda mais. O petróleo não dá sinais de recuperação e os empresários fazem promoções para incentivar o consumo”, apontou.

O chefe de pista do posto da 115 norte, Aurélio Araújo, afirmou que, devido à concorrência, os preços são reajustados diariamente. “Se aqui está um centavo mais caro, perdemos o cliente”, contou. O motorista do Uber Márcio Souza, 32, vê a diferença no bolso. “Como rodo todo o Distrito Federal, sei onde tem o melhor preço e encho o tanque”, afirmou. “Quando comecei a rodar, há um ano e meio, pagava quase R\$ 4 na gasolina. Hoje, está menos de R\$ 3. Estou gastando R\$ 60 a menos por mês,” comemorou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Camila Maia****Título: Aneel tenta evitar aumento de 3% nas tarifas por orçamento da CDE**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) está revendo os gastos planejados para este ano na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), encargo setorial pago por todos os consumidores de energia, a fim de evitar o aumento médio de 3% nas tarifas de distribuição e transmissão de energia.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), gestora do fundo setorial, solicitou à Aneel a suplementação do orçamento da CDE deste ano, de R\$ 15 bilhões, em R\$ 2,5 bilhões adicionais. O aumento de 3% aconteceria nesse cenário, segundo estimativas da Aneel a que o **Valor** teve acesso.

A gestão da CDE era feita pela Eletrobras até abril, mas foi transferida a CCEE no início de maio. Desde então, a câmara tem informado que a arrecadação está aquém do previsto no orçamento do ano. Em maio e junho, os recursos levantados representaram cerca de 65% do que era projetado. Para evitar problemas no restante do ano, a CCEE solicitou então que o orçamento fosse ampliado.

O encargo setorial subsidia descontos tarifários a usuários de baixa renda, rurais e irrigantes, além de custear a geração de energia nos sistemas isolados, entre outras funções.

Recentemente, o presidente do conselho da CCEE, Rui Altieri, afirmou que um dos principais motivos da arrecadação do encargo setorial estar abaixo do previsto é o fato de que alguns agentes obtiveram liminares para não pagar as contribuições.

Já a Anace, associação que reúne grandes consumidores de energia, aponta que houve um erro de cálculo da Aneel ao aprovar o orçamento do encargo setorial neste ano, pois foi utilizada uma premissa de crescimento no consumo de energia no país que não está se concretizando.

Antes de aprovar o aumento do orçamento da CDE, com potencial impacto tarifário, a Aneel está consultando o governo sobre outras previsões deste ano. A agência reguladora enviou uma correspondência ao secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, solicitando a reavaliação da estimativa de gastos de R\$ 1,172 bilhão neste ano com o Programa Luz para Todos, que também é financiado com o encargo setorial.

Segundo a Aneel, de janeiro a maio deste ano, foram realizados somente R\$ 75,909 milhões em gastos com o programa, 6,5% do valor estimado para todo o ano. Ao solicitar o aumento do orçamento da CDE de 2017, a CCEE considerou a realização integral dos gastos estimados.

A Aneel está também encaminhando a todas as distribuidoras de energia um pedido para que informem a existência de créditos e débitos no fundo setorial, relativos a competências anteriores a maio de 2017. Também foram solicitadas informações sobre decisões judiciais que possam afetar o pagamento mensal das cotas de CDE à CCEE.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: ANP propõe flexibilizar conteúdo local para os contratos já em vigor

Reduzidos os índices de conteúdo local das rodadas deste ano, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) pretende flexibilizar também a exigência de nacionalização de bens e serviços prevista em contratos vigentes, assinados desde 2005. A medida, válida para concessões, áreas de cessão onerosa e para o campo de Libra, na Bacia de Santos, faz parte do processo de regulamentação do "waiver" (pedido de perdão pelo não cumprimento dos índices de conteúdo local), pleito antigo das petroleiras.

O diretor-geral da agência, Décio Oddone, explica que as operadoras terão duas opções: manter as condições dos atuais contratos, com a garantia de recorrer ao waiver para obtenção de eventual perdão; ou poderão celebrar um aditivo contratual, sujeitando-se às novas regras de conteúdo local, com percentuais de nacionalização menores, mas sujeitas a multas, sem a possibilidade de waiver.

"Acreditamos que, com a nova alternativa, vamos destravar investimentos e, efetivamente, gerar novas contratações [por bens e serviços], novos empregos e arrecadação", afirma Oddone.

A medida encontra resistência entre os fornecedores. O presidente da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, defende que a indústria nacional está aparelhada e com capacidade ociosa, suficiente para atender a demanda, e já sinalizou que pretende judicializar o assunto. "Se não tiver muito bem comprovado tecnicamente pelas petroleiras que não temos [indústria local] capacidade, vamos à Justiça. Para nós, o contrato válido é o que está em vigor", disse Velloso.

Já o sócio do setor de infraestrutura do Siqueira Castro Advogados, Renato Kloss, defende que, ao colocar a adesão às novas regras como uma opção, e não como uma proposta impositiva, a ANP reduz riscos de judicialização. "Isso afasta o risco de uma hipótese de rompimento de contrato", avalia.

Segundo ele, a medida é um sinal positivo para reduzir o tamanho dos contenciosos administrativos sobre o assunto. Atualmente, de acordo com a própria ANP, existem cerca de 230 pedidos de waiver sob análise da agência.

Ao todo, as petroleiras já pagaram multas de mais de R\$ 356 milhões pelo não cumprimento dos índices de conteúdo local previstos nos contratos da 7ª e 9ª Rodadas. Sobre os riscos de que essas companhias também recorram à Justiça, para tentar reaver as multas pagas, Kloss vê a hipótese como improvável, já que as petroleiras que optarem pelas novas regras terão de se comprometer a não contestar decisões passadas da ANP.

Caso optem pelas novas regras, as petroleiras terão que cumprir percentuais que variam de 18% (exploração) a 40% (escoamento da produção). Para efeito de comparação, na 13ª Rodada (2015), para blocos "offshore", as exigências mínimas ficavam entre 37% e 51% na fase de exploração; e entre 55% e 63% no desenvolvimento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Marsílea Gombata

Título: EUA não descartam sanção ao petróleo da Venezuela

Os EUA preparam sanções contra a Venezuela na tentativa de impedir que o presidente Nicolás Maduro leve adiante o processo de Assembleia Constituinte, que deverá ser eleita no próximo dia 30. Apesar de fontes do governo americano não descartarem medidas contra o setor de petróleo da Venezuela e a estatal PDVSA, analistas acham mais provável sanções a autoridades venezuelanas.

O governo americano estuda sanções contra o ministro da Defesa da Venezuela, Vladimir Padrino López, e o número 2 do chavismo, Diosdado Cabello, por violações de direitos humanos, segundo fonte anônima da Casa Branca citada pela agência de notícias Reuters. As sanções poderiam seguir o padrão das anunciadas contra o vice-presidente Tareck El Aissami, congelando ativos nos EUA e proibindo negócios com americanos.

A fonte, porém, disse que "todas as opções estão sobre a mesa", inclusive retaliações ao setor petrolífero da Venezuela, barrando importações para os EUA.

A consultoria Eurasia diz que o governo de Donald Trump pode chegar a barrar importações de petróleo da Venezuela, mas acha improváveis sanções que atinjam empresas americanas do setor que atuam com a PDVSA. As sanções às importações, alerta, afetariam "o fluxo de caixa da PDVSA, aumentando o risco de default e minando o apoio interno a Maduro".

"Há um grande nível de incerteza porque a pressão por sanções está vindo diretamente da Casa Branca, em vez de órgãos mais tradicionais e institucionais, como os departamentos de Estado, Defesa ou Tesouro", diz Daniel Lansberg-Rodríguez, da Core Capital Management. "Trump não está apenas reagindo ao que acontece na Venezuela, mas também a derrotas políticas internas, que o levam a buscar um problema externo." Neste sentido, ele diz, a Venezuela é um alvo menos inseguro do que a Coreia do Norte ou o Estado Islâmico.

A Venezuela é a terceiro maior fornecedor de petróleo para os EUA, atrás de Canadá e Arábia Saudita. Em 2016, exportou para os EUA uma média de 741 mil barris diários. Sem o petróleo venezuelano, os EUA poderiam buscar importar mais de países como México e Colômbia. Sanções mais amplas contra o setor petroleiro, por sua vez, poderiam afetar empresas como a Halliburton e a Weatherford, que operam com a PDVSA.

Ao **Valor**, o deputado venezuelano de oposição Angél Alvarado disse que um embargo petroleiro significaria para a Venezuela a perda de 75% da receita que o país recebe por suas exportações. "Seria como deixar de receber US\$ 11 bilhões anuais", estimou. A Venezuela poderia exportar mais para países como China e Rússia, mas o processo poderia demorar meses e levar a redução significativa do fluxo de caixa do governo. O petróleo responde por 96% das exportações totais da Venezuela.

Moisés Naím, ex-ministro do Comércio da Venezuela e hoje no Carnegie Endowment for International Peace, disse ao jornal "The Wall Street Journal", que um embargo petroleiro poderia ser um "maná político dos céus" para Caracas e a "desculpa perfeita para culpar os EUA pela crise" no país.

Ontem, a Venezuela prometeu rever a relação com os EUA. O chanceler, Samuel Moncada, disse que a postura de Washington é uma "brutal ameaça" e "violação ao direito internacional", e indicou que "nada nem ninguém" deterá a Constituinte. "O povo responderá unido ante à insolente ameaça feita por um império xenófobo e racista.". Pelo Twitter, o presidente Maduro anunciou a ativação do Conselho de Defesa da Nação para responder à "ameaça imperial".

A oposição prevê para amanhã greve geral e para sexta-feira a nomeação de juízes alternativos para o Tribunal Superior de Justiça. A estratégia, diz o analista venezuelano Luís Enrique Lander, é chamar atenção e encontrar mediadores para

a crise. "A consulta popular de domingo que rejeitou a Constituinte teve repercussão. Agora a oposição espera mais pressão sobre Maduro e mais envolvimento da comunidade internacional."

"A Assembleia Constituinte deveria ser abandonada... O mundo inteiro está pedindo isso", disse o presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, pelo Twitter. Ele está em Havana, onde tentaria convencer Cuba a apoiar uma iniciativa diplomática na Venezuela.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Stephan Kueffner e Javier Blas

Título: Equador renega Opep e exportará mais petróleo

O Equador anunciou que ampliará a sua produção de petróleo neste mês, alegando que precisa do dinheiro. A decisão é um golpe para a unidade da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). O cartel há anos trapaceia em seus próprios acordos, em especial quando os preços do petróleo não se recuperam após um corte de produção. Mas o Equador tomou a rara decisão de anunciar publicamente que ampliará a produção, impossibilitando o grupo de esconder a deserção.

O país não conseguirá cumprir o compromisso de reduzir a produção em 26 mil barris por dia, para 522 mil b/d, conforme acordado com a Opep no ano passado, disse o ministro dos Hidrocarbonetos, Carlos Pérez. "Há uma necessidade de recursos para o Tesouro, portanto tomamos a decisão de elevar gradualmente a produção.",

A saída do Equador não afeta o mercado global de petróleo, já que o que o país concordou em reduzir representa menos de 25 segundos de consumo mundial diário.

Mas a decisão é um precedente perigoso na Opep. Outros produtores, talvez maiores, podem seguir o exemplo. "O anúncio não é importante para os balanços globais, mas mostra os desafios para os integrantes da Opep, considerando que os cortes não conseguiram elevar os preços", disse Amrita Sen, analista-chefe de petróleo da Energy Aspects, de Londres.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** BHP aumenta produção

A produção do minério de ferro da BHP, controladora da Samarco com a Vale, subiu 4% em 2017, para 231 milhões de toneladas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Luísa Martins, Camila Maia e Eduardo Campos**Título:** Cemig tenta explorar usinas em conjunto com a União

A Cemig apresentou ao Ministério de Minas e Energia um acordo para manter sob sua titularidade as usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande. A proposta feita envolve a exploração dos ativos pelos próximos 30 anos de forma compartilhada entre a empresa e a União, em consórcio ou Sociedade de Propósito Específico (SPE). O documento foi anexado nos autos de um processo que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), no qual a empresa pede a concessão de uma liminar para suspender o leilão dos empreendimentos, previsto para ocorrer até setembro.

A estatal quer permanecer como titular das concessões por mais 20 anos, enquanto a União ficaria com o período restante (10 anos). A empresa, de acordo com a proposta, continuaria com o controle acionário das usinas - 55,1%, liberando o governo para licitar os outros 44,9%. Para isso, estaria disposta a abrir mão da indenização mínima de R\$ 1,5 bilhão pela devolução dos empreendimentos.

Em carta enviada ao ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, a diretoria da estatal afirma que a solução apresentada "está alinhada com os princípios e múltiplos aspectos" da nota técnica da pasta que, remetida à consulta pública, visa reorganizar o setor elétrico brasileiro.

Porém, o **Valor** apurou que a possibilidade de aceitar o acordo sequer chegou a ser considerada no governo. Isso porque, pela proposta, a União ficaria com R\$ 6,5 bilhões da outorga dos ativos, enquanto, com o leilão, a expectativa é arrecadar R\$ 11 bilhões. Renunciar a essa diferença prejudicaria a redução do déficit fiscal. "O governo já tomou a decisão de vender as usinas em setembro. Isso é fundamental para a situação de desequilíbrio fiscal do país. A decisão está tomada", afirmou uma fonte que não quis ser identificada.

Outro ponto considerado pelo governo é que um eventual acordo para prorrogação das concessões da Cemig seria "péssimo" para o ambiente de concessões do país, incluindo não apenas ativos de energia mas também de ferrovias e aeroportos, por exemplo. "É uma decisão muito importante. Não terá acordo", disse a fonte.

A proposta da Cemig também prevê uma possibilidade de que a União levante R\$ 9,5 bilhões com a licitação das usinas (R\$ 11 bilhões da outorga menos os R\$ 1,5 bilhão das indenizações): a prorrogação das concessões por 50 anos. Nesse cenário, a estatal teria 33,1% dos ativos, e a União teria 66,9%.

Além da proposta já ter sido descartada pelo governo, o mercado também não leva a ideia em consideração. Ontem, em Belo Horizonte, a Cemig mencionou o plano a analistas e investidores que visitavam a companhia. A percepção geral dos presentes, apurou o **Valor**, foi de que são mínimas as chances de o acordo prosperar.

Por outro lado, o Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais, Onofre Batista, disse ao **Valor** que a proposta de sociedade formulada pela Cemig é "generosa" e busca amenizar discussões com o governo federal, além de evitar prejuízos aos consumidores. Ele estima que, na relicitação o custo da energia subiria de R\$ 50 o MWh para R\$ 140 o MWh. "A União poderá, no futuro, estar suscetível a pesadas indenizações. Além disso, o consumidor sairá lesado", disse. Para Batista, a Cemig fez "esforço sobre-humano" para resolver o imbróglio, sem prejudicar os interesses da União.

A companhia argumenta que o contrato de concessão das hidrelétricas permite que a renovação seja automática, enquanto a União entende que o direito envolve apenas a solicitação da renovação. A estratégia da companhia, segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, é indicar ao Supremo que está "negociando" com o governo - e, assim, tentar impedir a realização do leilão por meio de uma liminar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: AES Tietê busca garantir venda de energia limpa

Cada vez mais focada em energias limpas e fontes renováveis, a AES Tietê se tornou a primeira companhia brasileira a ter uma usina com o certificado global I-REC e a ser uma certificadora de clientes, o que garante que a energia comercializada seja "limpa".

"Vimos no mercado que existe uma tendência muito forte nos clientes industriais e comerciais de busca de energias renováveis, redução da emissão de gases e sustentabilidade", disse Ítalo Freitas, presidente da AES Tietê.

Segundo o executivo, muitos dos clientes têm o objetivo de ter até 100% da demanda atendida por energias renováveis. "Algumas vezes, eles não conseguem provar aos investidores que usam energias renováveis", disse, explicando que o certificado I-REC garante isso e é reconhecido no mundo todo. No Brasil, é feito pelo Instituto Totum.

Os alvos potenciais desses certificados são aqueles que querem fazer captações no exterior, por exemplo, de fundos que só permitem investimentos e aplicações de viés sustentável.

"Alguns países europeus que financiam projetos solicitam que as empresas tenham consumo de energia de fontes renováveis. Então, ao vender o certificado ao cliente garantindo que ele está comprando energia renovável, isso fica registrado no mundo todo, e pode ser acessado na base de dados do I-REC", disse Freitas.

De acordo com ele, os países Europeus já comercializaram € 200 milhões nos certificados.

Cada I-REC emitido equivale a 1 megawatt-hora (MWh) de energia gerada. Por enquanto, a AES Tietê obteve a certificação da hidrelétrica de Água Vermelha, no rio Grande (MG), com 1.396 megawatts (MW) de potência instalada. "Temos 6,5 milhões de I-RECs para comercializar por ano só em Água Vermelha", disse Freitas.

A AES Tietê tem ainda a possibilidade de construir uma usina eólica, solar, ou um sistema de geração distribuída para os consumidores, e solicitar a certificação também desta energia.

Outro serviço oferecido pela companhia aos consumidores de energia que buscam sustentabilidade é o de reflorestamento. "Muitos dos nossos clientes têm obrigações de reflorestamento a cumprir, seja por demanda da controladora, ou também por demanda local. Nós utilizamos terrenos das nossas usinas para fazer o plantio e emitimos os certificados aos clientes", disse. A AES Tietê também faz a manutenção das áreas reflorestadas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes e Ivo Ribeiro****Título: Petrobras e Odebrecht reveem acordo na Braskem**

As controladoras da Braskem, Odebrecht S.A. e Petrobras, deram início a negociações para revisão do acordo de acionistas da petroquímica, abrindo caminho para a provável venda da participação da estatal. A intenção de sair da Braskem já foi assumida pela Petrobras e um dos principais obstáculos ao negócio são os termos do atual acordo, que, na avaliação do mercado e da própria estatal, confere muitos poderes à Odebrecht e dificulta a chegada de um novo sócio.

Segundo apurou o **Valor**, as duas acionistas se aproximaram bastante nos últimos 30 dias, o que culminou na decisão formal de mudar o acordo. Antes mesmo do início da Operação Lava-Jato, as conversas entre Odebrecht e Petrobras se deterioraram e não havia ambiente para negociações dessa natureza - em determinado momento, segundo fontes, não houve evolução nem mesmo em tratativas mais corriqueiras. Com a mudança no comando da Petrobras, as relações foram gradualmente restabelecidas.

No ano passado, o presidente da estatal, Pedro Parente, disse que a venda da participação na Braskem deveria ser precedida pela discussão do acordo. Em fevereiro, o **Valor** informou que as sócias começariam a conversar em breve sobre os novos termos. Ontem à noite, em comunicados à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as companhias limitaram-se a informar que o objetivo da revisão dos termos e condições do acordo é aprimorar o "relacionamento societário" e a "governança corporativa", com criação de valor a todos os acionistas da petroquímica.

"Cabe destacar que a Petrobras está em constante busca pela valorização de seu portfólio, o que inclui a avaliação de possíveis alterações nos acordos de acionistas por ela firmados, nas sociedades em que possui participação", informou a estatal. A participação na Braskem já foi incluída pela petroleira em seu plano de desinvestimentos, por meio do qual devem ser arrecadados US\$ 21 bilhões até o ano que vem. Considerando-se o preço das ações da petroquímica na B3, no fechamento de ontem, a participação total da Petrobras vale R\$ 9,6 bilhões, dos quais R\$ 6,7 bilhões em papéis ON e R\$ 2,9 bilhões em PNAs.

A Odebrecht detém 50,1% do capital votante da companhia e 23% das preferenciais (com 38% do total), enquanto a Petrobras tem 47% das ações ordinárias e 22% das preferenciais (36% do total). Em nota, a Odebrecht informou que "manterá os seus investimentos estratégicos no setor petroquímico."

Com prazo de 35 anos, contados a partir de 8 de fevereiro de 2010, o acordo atual dá à Odebrecht o direito de indicar o presidente da Braskem e do conselho de administração, cabendo à Petrobras a vice-presidência. Dos 11 conselheiros, 7 são indicados pela Odebrecht e 4 pela estatal. Hoje, dos 11 membros do conselho, 7 são considerados independentes - quatro da Braskem e três da Petrobras. Além disso, embora a estatal possa vetar investimentos ou a indicação de diretores, esses direitos não serão automaticamente transferidos para o futuro sócio - transferência dependeria de negociação prévia.

A Odebrecht tem ainda direito de preferência na compra da participação da Petrobras, mas diante de sua delicada situação financeira, agravada pela Lava-Jato, é improvável que exerça o direito. O acordo também confere à empresa direito de veto, sob determinadas circunstâncias, ao potencial comprador das ações da estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol

Título: CVM questiona a Petrobras sobre contratação de sonda

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) entendeu que não havia necessidade de contratação de um navio-sonda pela Petrobras em 2009 e que a ex-diretoria aprovou o negócio sem questioná-lo e apesar dos sinais de alerta, no processo que analisa irregularidades na observância de deveres fiduciários de administradores da empresa na contratação do Titanium Explorer. São acusados os ex-presidentes da petroleira José Sérgio Gabrielli e Maria das Graças Foster, e os ex-diretores Jorge Zelada, Almir Barbassa, Guilherme Estrella, Renato Duque e Paulo Roberto Costa.

"Ao menos naquele momento não havia necessidade de contratação de um navio-sonda pela diretoria internacional", diz o documento assinado pela Superintendência de Processos Sancionadores (SPS) da autarquia. A área disse que foram criadas "demandas artificiais" que eram de "conhecimento e aprovação de Zelada, citando um e-mail trocado entre o ex-diretor e o ex-gerente Eduardo Musa.

O regulador verificou que os outros acusados faltaram com o dever de diligência para com a companhia ao aprovarem a contratação da sonda "sem quaisquer questionamentos", apesar dos diversos sinais de alerta que demandavam sua atenção. Entre eles, a área técnica destacou a falta de verificação de necessidade de contratação e da falta de definição de parâmetros, uma vez que comparou propostas diferentes entre si.

Questionados, os ex-diretores afirmaram que devido ao tempo transcorrido seria impossível lembrar de "todas as discussões ocorridas". Eles acrescentaram que o processo contou com 23 propostas e passou por diversos departamentos, e contou com o aval de um parecer jurídico. Para a SPS, isso não os isentaria de uma análise mais profunda. "O fato de se basearem em outro parecer, emitido pela própria solicitante, também demonstra falta de zelo", diz a acusação.

O documento também destaca um e-mail de Zelada em que determina a inclusão na análise já realizada pela comissão de negociação, de propostas que não tiveram tempo de ser analisadas.

"Alterar o resultado de um processo de contratação, incluindo novas propostas, por si só já configura sinal de alerta relevante, devendo levantar, no mínimo, algum questionamento por parte dos demais diretores", diz o documento. Também fala da ordem de Zelada para que as negociações se concentrassem na empresa Vantage, apesar da proposta da Pride estar em primeiro lugar no ranking.

No caso, a autarquia considerou que a colaboração premiada de Costa à Justiça Federal de Curitiba deu origem a diversos processos. Isso permitiu que a CVM tomasse provas emprestadas do processo penal e que se alcançasse delitos de administradores que de outra forma não poderiam ser acusados. Costa também prestou esclarecimentos à CVM no processo no navio-sonda e em outros inquéritos. Na ocasião dos fatos a autarquia ainda não pudesse fechar acordos de leniência, o que passou a ser possível com a edição da Medida Provisória 784 em junho. Contudo, o regulador deu ciência ao ex-diretor que a dosimetria da pena vai considerar o "arrependimento eficaz e o arrependimento posterior", previsto em lei. Os acusados devem apresentar as defesas até 14 de agosto. O processo sancionador, aberto em março, é fruto de um dos inquéritos administrativos na CVM.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza

Título: Justiça atende o pleito de BHP e Vale no caso Samarco

A Justiça Federal em Minas Gerais determinou que não há necessidade de tornar indisponíveis R\$ 20 bilhões da mineradora Samarco e suas duas acionistas, a Vale e a BHP. O pedido havia sido feito no ano passado pelo Ministério Público Federal (MPF) e sob o argumento de que era preciso garantir o montante para a execução de medidas de recuperação e compensação ao desastre com a barragem da Samarco, em 2015.

Numa decisão de 14 de julho, o juiz federal titular da subseção do município de Ponte Nova (MG) Jacques de Queiroz Ferreira argumenta que as questões envolvendo valores têm de ser apuradas nas ações cíveis.

O pedido de indisponibilidade dos R\$ 20 bilhões é parte da ação criminal apresentada por procuradores em outubro de 2016.

Em janeiro deste ano, as empresas fecharam um termo de ajustamento preliminar em que deram em garantia R\$ 2,2 bilhões, sendo R\$ 100 milhões em aplicações financeiras, R\$ 1,3 bilhão em seguro garantia contrato junto a bancos; e R\$ 800 milhões em bens da Samarco.

Na mesma ação dos R\$ 20 bilhões, os procuradores denunciaram 22 pessoas físicas, as três empresas e também a VogueBR, contratada da Samarco. Entre as acusações que pesam contra elas estão a de homicídio doloso - quando se tem a intenção de matar - e crimes ambientais.

Dezenove pessoas morreram quando a barragem de Fundão, da Samarco, que continha rejeito de minério de ferro e lama, se rompeu. A barragem ficava no complexo da Samarco em Mariana (MG). A tragédia aconteceu em 5 de novembro de 2015 e poluiu cursos d'água de dois Estados.

Inicialmente, a Justiça havia imposto aos réus uma limitação para que eles pudessem deixar o Brasil. Seus passaportes ficavam retidos e só eram liberados pelo juiz à medida que este apreciasse e aprovasse a necessidade dos funcionários das empresas viajarem para o exterior.

Entre os 21, havia funcionários, diretores e o então presidente da Samarco, Ricardo Vescovi, além de integrantes do conselho de administração da Samarco indicados pela Vale e pela BHP. Alguns deles são estrangeiros.

Jacques Queiroz Ferreira reviu a decisão anterior e entendeu que não há razão para que os réus continuem com essa restrição e que esta deve ser aplicada com "razoabilidade e parcimônia".

O juiz também determinou que as pessoas físicas não terão de pagar quaisquer garantias financeiras ou ser submetidos a restrições a viagens, como apreensão de passaporte.

Entre as pessoas físicas acusadas estão o diretor de minério de ferro da Vale, Peter Poppinga, e o executivo-chefe da Samarco na época da ocorrência, Ricardo Vescovi. O processo pode ir a júri.

Antes da determinação do juiz, o MPF queria que as três empresas pagassem a garantia de US\$ 6,3 bilhões apesar de as obras de saneamento e reparação já

estarem em andamento. O órgão alega que os acusados sabiam da integridade questionável da barragem e ignoraram sinais dessa deterioração em favor de aumentar a produção, em vez de suspender temporariamente as operações.

Ontem à noite, a Vale divulgou comunicado ao mercado sobre a decisão da Justiça, sem se posicionar sobre o mérito. O processo criminal corre em segredo de Justiça mineira.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Neil Hume

Título: Glencore vai cindir área de royalties

A Glencore prepara-se para criar uma empresa ainda neste ano com seu portfólio de royalties de mineração e eventualmente abrir o capital da nova firma para atrair investidores externos, segundo fontes a par das discussões. A empresa suíça de mineração e comercialização pretende incluir na nova firma contratos de royalties no valor de mais de US\$ 300 milhões e vai tentar atrair um novo parceiro estratégico para ter condições de financiar mais contratos e fazer esse portfólio crescer.

A companhia quer expandir a atividade de fornecimento de financiamentos a mineradoras menores em troca de participações em sua receita e de contratos de exclusividade na comercialização. O plano é mais um sinal de que o executivo-chefe da mineradora, Ivan Glasenberg, agora pretende acelerar o crescimento, depois de dois anos nos quais a desvalorização das commodities obrigou a empresa a voltar as atenções ao pagamento de dívidas e ao reparo de seu balanço patrimonial.

A Glencore tem grande interesse em tentar buscar algo parecido ao esquema que usou para levantar dinheiro com suas operações agrícolas, reunidas em uma empresa independente, a Glencore Agriculture, na qual vendeu participação para dois fundos de pensão canadenses por US\$ 3 bilhões.

Para conseguir financiar mais contratos de royalties, a Glencore venderia uma participação na nova empresa, que teria foco em metais básicos, a um parceiro estratégico. Os contratos também ajudariam a mineradora a garantir mais produtores de cobre, cobalto, níquel e zinco para sua gigantesca divisão de comercialização, uma operação que a diferencia das demais rivais na indústria de mineração.

A Glencore [companhia de origem suíça, com operações em mineração, trading e metais] não quis comentar o assunto.

Os royalties e os chamados contratos de "streaming" (a conquista de direitos de longo prazo para comprar metal das minas em troca de um pagamento antecipado) tornaram-se grandes negócios nos últimos anos, já que os produtores com falta de dinheiro encontravam dificuldade para conseguir financiar-se e levantar capital. A Anglo Pacific e a Franco-Nevada também atuam nesse segmento, com foco específico em metais básicos.

A Glencore deixou claro nos últimos meses que voltou com força total a tentar conquistar mais negócios. Em junho, esteve envolvida em uma batalha acirrada contra uma estatal chinesa por ativos de carvão na Austrália. Além disso, seu braço agrícola abordou a comercializadora de grãos Bunge, dos Estados Unidos, sobre um possível negócio.

Inicialmente, a mineradora estudava vender diretamente seus royalties para levantar dinheiro e contratou o Scotiabank neste ano para encontrar um comprador para o portfólio, que inclui contratos com a mina de cobre e zinco Antamina, no Peru, e com a mina Red Chris, no Canadá.

A empresa, no entanto, decidiu que poderia conseguir um valor maior se usasse os contratos, acumulados ao longo de vários anos, para criar uma empresa que, então, teria o capital aberto no mercado acionário uma vez que alcançasse o tamanho e escala suficientes, de acordo com as fontes.

Os contratos de royalties dão a seus donos o direito de receber uma porcentagem da receita ou dos lucros de uma operação mineira, normalmente em troca de financiamento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes

Título: Minério de ferro alcança maior cotação em três meses

Os preços do minério de ferro vão mantendo a trajetória de alta nesta semana, após a ligeira queda registrada na sexta-feira, e subiram ontem para quase US\$ 69 por tonelada, segundo dados da publicação "Metal Bulletin. Com a valorização, a cotação da commodity atingiu a máxima em três meses e se afastou ainda mais da mínima do ano, de US\$ 53,36 por tonelada, apurada em 13 de junho.

O minério com teor médio de 62% de ferro fechou ontem a US\$ 68,84 por tonelada no porto chinês de Qingdao, equivalente a 3,04%, ou US\$ 2,03, de ganho frente à última cotação. Essa é a maior cotação desde 11 de abril.

Neste mês, a matéria-prima acumula valorização de 6%. No ano, porém, o sinal ainda é negativo, com baixa de 12,7%, e analistas projetam queda para os próximos meses. Para o Morgan Stanley, o preço médio deve ficar em US\$ 50 por tonelada no terceiro trimestre e em US\$ 55 a tonelada nos três últimos meses do ano.

O impulso às cotações nesta semana veio principalmente do noticiário setorial. Uma das maiores mineradoras do mundo, a Rio Tinto reduziu a previsão de embarques de minério de ferro neste ano, após registrar desempenho mais fraco no primeiro semestre.

Agora, a mineradora projeta entregar cerca de 330 milhões de toneladas de minério ao longo deste ano, ante estimativa anterior de 330 a 340 milhões toneladas. No primeiro semestre, houve queda de 2% na produção da Rio Tinto, para 157 milhões de toneladas. Já as entregas recuaram 3%, para 154,3 milhões de toneladas.

Conforme a empresa, os embarques foram afetados pela aceleração de seu programa de manutenção ferroviária, após problemas climáticos nos três primeiros meses do ano. A nova projeção de embarques está condicionada à maior manutenção da malha no segundo semestre para melhorar as condições de transporte. A Vale divulga amanhã seu relatório de produção no segundo trimestre.

A commodity se beneficia ainda do ritmo de importação chinesa de minério, que deverá exceder 1 bilhão de toneladas neste ano, segundo nota da agência "Bloomberg". E o crescimento maior do que o esperado do Produto Interno Bruto (PIB) da China, maior consumidor da matéria-prima, também deu fôlego às cotações.

No segundo trimestre, a expansão do PIB chinês foi de 6,9%, ante expectativa de 6,8%. Já a produção industrial chinesa subiu 7,6% em junho, bem melhor do que a alta de 6,5% esperada pelo mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Ivo Ribeiro

Título: Venda de aço na distribuição recua 11% no 1º semestre

As vendas de aço no mercado brasileiro continuam em queda, refletindo a crise econômica do país e a produção fraca em indústrias que utilizam o insumo, como bens de linha branca, automotivo, máquinas e equipamentos e construção civil.

As siderúrgicas locais, além disso, também enfrentam a concorrência de material importado, que neste ano vem crescendo mês a mês.

Ontem, os números do primeiro trimestre do mercado da distribuição de aço plano - um termômetro importante do setor neste segmento de produto - apontou recuo de 11% no período janeiro a junho, para 1,386 milhão de toneladas. Os dados foram divulgados pelo Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), que reúne uma rede de empresas distribuidoras no país - que inclui as próprias usinas e independentes.

Somente em junho, de acordo com os dados do Inda, a baixa foi de 14,7% na comparação anual, para 223,2 mil toneladas. Frente a maio, a queda foi de 7,4%.

Junto com os dados de junho, a entidade divulgou as projeções para o mês em curso. A entidade prevê crescimento de 2% nas vendas, na comparação com o mês passado, para 227,7 mil toneladas, e alta de 0,2% nos estoques, para 957,8 mil toneladas. As compras, por sua vez, devem permanecer estáveis em julho, em 229,6 mil toneladas.

As compras de aço junto às siderúrgicas locais, por sua vez, caíram 7,8% em junho, na comparação com o mesmo mês do ano passado, para 229,6 mil toneladas. Ante maio, a retração foi menor, de 0,8%. No semestre, houve retração de 4,1% nas compras de aços planos, para 1,44 milhão de toneladas.

Com isso, os estoques na rede associada ao Inda ao fim de junho estavam em 955,9 mil toneladas, alta de 0,7% frente a maio, e eram equivalentes a 4,3 meses. Um número confortável é entre dois e três meses de vendas.

Conforme o Inda, as importações de aços planos mostraram forte avanço em junho, com alta de 254,2% frente ao volume importado um ano antes, para cerca de 102,4 mil toneladas. No semestre, a expansão foi de 150%, a 581,4 mil toneladas.

No ano passado, as vendas da rede totalizaram 3,04 milhões de toneladas, com queda de 4% frente ao apurado em 2015. O desempenho foi ligeiramente melhor do que o projetado: a expectativa anunciada em novembro era de retração de 5%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos****Título: Logum renova empréstimo de R\$ 1,1 bi com BNDES**

A Logum, responsável pela construção e operação do etanolduto que conecta regiões produtoras de etanol do interior do Centro-Sul até o litoral, renovou um empréstimo-ponte com o BNDES no valor de R\$ 1,1 bilhão na semana passada. A renovação, que está em fase de assinatura, ocorre enquanto a empresa ainda não pode acessar um financiamento de longo prazo, o que depende da saída da Odebrecht Transport Participações e da Camargo Corrêa de seu quadro societário, apurou o **Valor**.

Segundo o banco, não é a primeira vez que o empréstimo-ponte à Logum é renovado. A operação venceu em 2013 e desde então a linha já foi renovada diversas vezes, informou. Desde o ano passado, o banco de fomento deixou de conceder novos empréstimos-ponte. Mesmo assim, a linha com a Logum foi renovada e nas mesmas condições do acordo anterior, com juros de 3,02% ao ano.

Há a expectativa entre os sócios e no banco de que a reestruturação societária seja resolvida em breve, apurou o **Valor**. Equacionada a participação de cada sócio, espera-se que o BNDES conceda um financiamento de longo prazo para o projeto. Além de Odebrecht e da Camargo Corrêa, são sócias na Logum a Copersucar, com 21,28% de participação, a Raízen, também com 21,28%, a Petrobras, com 15,51%, e a Uniduto Logística, com 10,64%.

A saída das duas empreiteiras do capital da Logum tornou-se uma necessidade para a empresa depois que as companhias envolvidas na Operação Lava-Jato tiveram piora em seu risco de crédito, impedindo a concessão de empréstimos de longo prazo. A Odebrecht Transport Participações tem 21,28% das ações da Logum e a Camargo Corrêa, 10%.

A Logum foi criada em 2011 para distribuir etanol aos mercados consumidores. Em novembro daquele ano, a companhia acertou um empréstimo-ponte com o BNDES de R\$ 1,7 bilhão com carência de 5 anos e 7 meses e amortização em apenas um mês.

Afora os recursos do BNDES, a empresa tem recebido aportes dos sócios. No total, já foram investidos R\$ 2 bilhões na construção do sistema dutoviário. Atualmente, o etanolduto sai de Itumbiara e passa por Uberaba, Ribeirão Preto, Paulínea, Barueri, Guarulhos, Guararema, Volta Redonda, Duque de Caxias, até o

porto em Ilha D'Água, de onde o etanol é embarcado para ao Nordeste ou para o exterior.

Até a safra 2016/17, o trecho de Barueri a Duque de Caxias foi atendido de forma plena, enquanto os trechos entre Paulínea, Guarulhos e Volta Redonda eram operados ainda de forma parcial, conforme informações divulgadas pela Logum em recente evento do setor.

A empresa pretende agora expandir o duto para a região metropolitana de São Paulo - incluindo terminais em São Caetano do Sul, São José dos Campos e a ampliação do terminal de Guarulhos -, além da extensão da via até o porto de Santos em uma etapa posterior. Todo o projeto do etanolduto prevê investimentos de R\$ 5 bilhões.

MME / ASCOM